

Adusp INFORMATIVO

Associação dos Docentes

Universidade de São Paulo

Seção Sindical da Andes-SN

O 4º Congresso da USP está aí! 6, 9, 10 e 11 de abril

Chegou o momento de concretizarmos a proposta de ação conjunta dos docentes, estudantes e funcionários para discutir os problemas da USP. Reservamos o início da Semana Santa para esse debate, o que certamente possibilitará maior participação dos diversos segmentos da comunidade universitária.

A importância do 4º Congresso vai além do conteúdo a ser discutido, verdadeiro contraponto às práticas vigentes na USP. Ele representa a construção de um espaço democrático de reflexão e proposição de ações para a transformação da universidade. Participe!

CR reúne-se para debater Congresso

O Conselho de Representantes (CR) reúne-se nesta quinta-feira, dia 5, às 12 horas, para tomar as últimas decisões referentes à participação dos docentes no 4º Congresso da USP, que terá início no dia 6.

Queremos reajuste de 13,48% e política salarial

No ano passado a nossa greve conquistou o maior reajuste salarial dos últimos anos. Tivemos 7% de antecipação de reajuste no mês de abril, reajuste de 11,25% em maio e, com a política salarial de acompanhamento do crescimento da receita, conseguimos mais 6,7% de reajuste em outubro e 4,9% em janeiro. Assim, além do abono de 28%, em abril, nossa campanha salarial de 2000 conquistou uma recomposição salarial de 24,52%.

Apesar do ganho significativo, estamos longe de recuperar todo o desgaste imposto por sucessivos governos que vêm desmontando os serviços públicos numa perspectiva privatista. Além da perda direta de remuneração, cada vez mais nos vemos privados de educação, saúde e demais serviços públicos, que deveriam ser gratuitos e de qualidade, para toda a população.

A situação financeira das universidades permanece confortável. A última planilha que recebemos do Cruesp (março de 2001) indica que o comprometimento acumulado nesse ano continua bas-

Comprometimento anual acumulado

Ano	Conjunto	USP
até Março/97	85%	82%
até Março/98	100%	98%
até Março/99	102%	97%
até Março/00	76%	73%
até Março/01	84%	81%

tante aceitável (ver tabela), mesmo incluindo o recente reajuste recebido (4,9% pagos em fevereiro e março).

No ano passado, demos um passo importante no resgate de nossa dignidade. Neste ano é fundamental que consolidemos a disposição de luta e unidade, então conquistadas. Maio se aproxima e vamos negociar nosso acordo de data-base. Contando que a Inflação de maio/00 a maio/01 é de aproximadamente 8,6% pelo ICV-Dieese, o reajuste obtido de 24,52% será reduzido a um valor real de 14,7%, se em maio não tivermos a correção da inflação do período mencionado. Do mesmo modo, sem uma política salarial permanente, o restante do reajuste duramente conquistado escorrerá pelo ralo inflacionário.

Preparando as negociações

O Fórum das Seis, na reunião realizada na Adusp em 23/3/01, fechou a reivindicação de reposição salarial para a data-base de 2001: 8,8% de reposição de perdas de maio/2000 a maio/2001, composto com 4,3% para atingir os níveis de maio de 1995, pelo ICV-Dieese, totalizando 13,48% em maio/2001, mais uma política salarial de reposição periódica das perdas pela inflação. Foi também deliberado solicitar ao Cruesp a continuação da Comissão de Acompanhamento de arrecadação.

É fundamental que docentes, alunos e funcionários busquem mais recursos para a preservação e expansão das Universidades Estaduais Paulistas. Temos que oferecer à

população uma alternativa pública, efetivamente gratuita e de qualidade, contra o trato mercantil que se desenvolveu em torno da educação de 3º grau.

Neste sentido, está em discussão a ampliação da pauta envolvendo — em ações conjuntas com o Cruesp — a obtenção de recursos adicionais ao repasse de 9,57% do ICMS para: ampliação de vagas nas universidades públicas paulistas; a folha de aposentados; despesas com o atendimento à saúde pública e admissão de docentes e servidores técnicos e administrativos para ocupar os claros deixados por aposentadorias e pedidos de exoneração.

Participam também da reunião do Fórum representantes dos DCEs da Fatec, Unicamp e USP. Tendo em vista as atividades do Dia Nacional de Luta e a discussão de inclusão de propostas adicionais que deverão ser debatidas pelas categorias, o Fórum decidiu adiar a entrega da pauta de reivindicações que estava prevista inicialmente para 28 de março.

Curso supletivo para professores?

A proposta apresentada pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE) às três universidades estaduais paulistas (USP, Unicamp e Unesp) e à PUC/SP, de que realizem um "Curso especial de formação de professores de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental" (documento PEC/FOR PROF 15/2/2001), "presencial virtual", para habilitar e certificar, em nível superior, os professores efetivos formados em nível médio, vem recebendo críticas dos docentes da área de Educação.

Os professores César Augusto Minto, da Feusp, e Maria Abádia da Silva, da Unesp de Presidente Prudente, fazem sérias restrições ao projeto, que consistiria em um "curso superior experimental de licenciatura" à distância, com uso de mídias interativas em comunicação e informação e duração de 3.200 horas (das quais só 1.372 horas com utilização explícita), durante 20 meses, a partir de maio de 2001.

O projeto prevê cinco tipos de atividades que dariam suporte à proposta pedagógica: vídeo e teleconferências, trabalho monitorado, vivências educadoras, estudos indepen-

des e síntese de final de curso. Docentes universitários gravariam videoconferências; assistentes, mestres ou doutores, orientariam estudos dirigidos e a síntese de final de curso (um para cada grupo de 50 alunos); tutores ou auxiliares de ensino, graduados, presenciariam as atividades (um para 30 alunos); monitores, graduandos, atuariam junto aos assistentes e tutores (um para 200 alunos); orientadores acadêmicos, mestres ou doutores, cuidariam dos estudos independentes, da monografia (um para 60 alunos). Apenas os tutores teriam "interface presencial com os alunos", sem explicitá-la.

Os cursos ocorreriam nos Cefams. O currículo modular garantiria "a ampliação e aprofundamento dos conhecimentos sobre os conteúdos de ensino bem como a construção de competências". A infraestrutura contaria com sala de aula de videoconferência, televisores, computador multimídia, laboratório etc. As universidades seriam equipadas com salas de geração de vídeo, televisor, câmara documental, vídeocassete, computador multimídia etc. A SEE criaria uma Cen-

tral de Produção de Material.

Uma das questões apontadas por Minto e Abádia é que a proposta da SEE "não se caracteriza como um curso de formação, mas apenas como um conjunto de informações pulverizadas em atividades quase exclusivamente virtuais", isto é, sessões *online* (ligadas à Internet) e *offline* (dinâmicas tutoradas), as quais "desdenham a importância da relação professor-aluno, do vínculo, do diálogo presencial, intrínsecos aos processos de ensino e aprendizagem".

Outra questão suscitada é a falta de democracia no planejamento, elaboração e possivelmente na execução da proposta, se prevalecer a atual postura da SEE. As entidades educacionais e as universidades não foram convidadas a discutir o projeto, chamando atenção tanto a contratação de uma entidade privada para gerenciá-lo (a Fundação Vanzolini, ligada à Escola Politécnica da USP) como a desinformação sobre o montante e a origem dos recursos.

Do ponto de vista pedagógico, são bastante duvidosos o uso exclusivo de mídias interativas sem estudo prévio de eficácia em termos de for-

mação e a adoção de formato e prazo diferentes para certificar a pretensa graduação superior, se comparados aos dos cursos de pedagogia e licenciatura.

"A iniciativa da SEE é capciosa. Seu feitiço modular, à distância e de consistência questionável, a faz revelar-se como um treinamento aligeirado. Enquanto tal, com o agravante de ser certificado como formação, constitui-se numa falácia que pouco valorizaria os profissionais e melhoraria a qualidade do ensino", dizem Minto e Abádia, para os quais o projeto presta-se a manipulações estatísticas dos índices de "formados", disponíveis para os empregados do ensino e para utilização como moeda de troca eleitoral.

Na visão dos professores, a adesão dos educadores das universidades à iniciativa da SEE nos moldes propostos ("realizar em 20 meses, à distância, o que tem sido feito presencialmente em 4 anos") seria ignorar a ética profissional. Por outro lado, enfatizam, "os destinatários estariam, ingenuamente, apoiando um engodo: treinamento precário travestido de graduação superior!"

Debate sobre avaliação no Fórum USP

Ocorreu no dia 28/3 o Módulo II do Fórum USP, iniciativa da Reitoria, que teve início com o Módulo I em novembro do ano passado e que deverá prosseguir em maio com o Módulo III. O Fórum USP está relacionado com as questões colocadas em pauta pela última greve.

Dedicado ao tema "Avaliação Institucional", o Módulo II foi realizado imediatamente após a mudança na presidência da CERT, motivada provavelmente pelas muitas reações da comunidade em relação à legiti-

midade que essa comissão central, escolhida exclusivamente pelo reitor, teria para traçar diretrizes ou executar a avaliação individual dos docentes da Universidade.

A abertura do programa coube ao reitor Jacques Marcovitch, seguido do pronunciamento do professor Umberto Cordani, recém empossado na presidência da CERT e da CPA.

Em continuidade ocorreram as exposições dos professores Hans Gumbrecht (Stanford) e José Joaquín Brunner (Fundação Chile), na parte "A Visão Externa",

seguidas de pronunciamentos quanto "A Visão Interna" dos professores Hélio Nogueira da Cruz (Grupo de Análise Institucional-USP) e Magda Maria Sales C. Sampaio (CAA-USP).

Questões em aberto

Em razão dos atrasos na programação, os debates previstos resumiram-se à apresentação escrita de algumas perguntas e comentários de participantes, que foram objeto de breves considerações pelos organizadores e membros da mesa.

Embora o clima do even-

to tenha sido menos tenso que o da sessão equivalente no Módulo I, ficou evidente que permanecem em aberto as questões centrais relacionadas ao tema da avaliação departamental e docente: com quais objetivos se avalia, como e quem deve proceder à avaliação e quais suas conseqüências práticas, tanto no nível institucional como no individual.

Esses tópicos serão tratados de forma mais contextualizada, de modo mais abrangente e democrático no temário do 4º Congresso da USP.

Participe, eleja-se delegado ao 4º Congresso!

Chegou o momento de realização do 4º Congresso da USP. Os professores serão representados por 100 delegados, que deverão ser eleitos nas unidades nos dias 2, 3 e 4 de abril. A Adusp conta com a participação ativa dos docentes, tanto nas assembleias setoriais de eleição de delegados quanto no decorrer do Congresso.

Os professores que não se elegerem delegados também poderão participar, com direito a voz, em todas as atividades do Congresso, bastando seu credenciamento pela Comissão Organizadora. O Congresso é uma importante atividade da luta em defesa da Universidade Pública e Gratuita. Contamos com você!

Sexta-feira, 6/4	Segunda-feira, 9/4	Terça-feira, 10/4	Quarta-feira, 11/4
<p>14h30 Biênio da Poli</p> <p>Abertura Pública "A Universidade que queremos".</p> <p>A seguir, credenciamento de delegados.</p>	<p>9h - FAU</p> <p>Debate sobre o tema I "Conjuntura: educação e universidade", com a prof^a Lisete Arelaro e representantes da Andes-SN, Fasubra, UNE e ANPG.</p> <p>14h30 - IME Grupos mistos sobre o tema II: "Papel Social da Universidade".</p>	<p>9h - FAU</p> <p>Plenária tema II</p> <p>14h30 - IME Grupos mistos sobre o tema III: "Estrutura da Universidade".</p>	<p>9h - FAU</p> <p>Plenária tema III</p> <p>15h - FAU Plenária de encerramento</p>

Franco Levi

professor do IG

"O avaliador do avaliador de avaliadores foi avaliado e substituído por outro por quem o avaliou. Parece complicado? Em Tucanês, o companheiro é convidado a se demitir para não ser demitido. A ficha continua limpa. Vale o velho princípio da simplicidade; uma teoria mais curta vale mais que uma comprida. Vale também a idéia de Jack o Estripador: vamos por partes. Preencha, até ontem, uma lista de formulários, todos simples mas muitos e de estrutura mutante e cada vez mais freqüente. Assim você produz quantidade e não qualidade, e pensa pouco e da maneira certa.

Como Lewis Carrol em Alice no País das Maravilhas, o julgamento vem depois do veredicto. Governo, Igreja e Universidade eram uma coisa só no passado distante. Agora para se ser bom tem-se que satisfazer os três, e de modo às vezes diferente. O aviltamento salarial, Tempo Integral diferente de Dedicção Plena, um, o outro, os dois, ou nenhuma das anteriores... Queremos ser avaliados depois que os departamentos tiverem alguns aninhos de vida (os nossos no IG acabaram de ser criados) e metas acordadas."

Leila Hernandez

professora da FFLCH

"Espero que esse congresso discuta principalmente dois temas. Um deles é ligado diretamente àquilo que eu chamo, de forma ampla, de condições de trabalho do professor, na faculdade e em sala de aula. Isso, levando em conta a relação aluno-professor, relação numérica mesmo, em vista das possibilidades que temos tido para atender aos alunos, discutir as dúvidas levantadas por eles... Nesse bojo, devemos discutir também a estratégia de como lutar pela contratação de professores.

É fundamental também não descuidar da questão salarial e, no âmbito dela, a premiação dos docentes, que, para mim, é apenas uma válvula de escape para evitar a discussão de uma verdadeira política salarial e desviar a discussão.

Minha expectativa é de que esse Congresso consiga juntar um número de pessoas representativo para as questões que ele irá discutir. Nos departamentos de História e Geografia, há um entendimento quase unânime da importância dos temas acima citados."

César Minto

professor da Feusp

"Tenho grande expectativa em relação ao 4º Congresso da USP. Primeiro,

considero que ele significa o passo seguinte no processo cujo ápice, até agora, foi a greve vitoriosa do ano passado. E por que é um passo adiante? Porque é uma oportunidade para que toda a comunidade acadêmica (mas não só) repense a estrutura e o funcionamento desta universidade, avançando de forma a consolidar a participação organizada e paritária de seus segmentos.

O 4º Congresso é um momento privilegiado para discutir desde o contexto mais amplo até a realidade intes-

tina da USP. Penso ser fundamental partir de um diagnóstico lúcido dos problemas, passar pelo levantamento de possíveis soluções e sistematizá-los de forma objetiva num plano de ação para o tempo vindouro, de forma a aumentar a probabilidade de mudar a estrutura hierarquizada, burocrática e pouco democrática que constatamos hoje. A USP precisa redirecionar suas três atividades indissociadas — ensino, pesquisa e extensão — para sua principal função: a social."

Programa da TV USP discute Congresso

O 4º Congresso da USP é o tema do programa "Olhar da USP" que vai ao ar nesta quinta-feira, dia 5 de abril.

No programa, os professores João Zanetic, do IF e membro da Comissão Organizadora do 4º Congresso, e Marcos Magalhães, do IME e presidente da Adusp, falam das expectativas sobre o evento e da mobilização da comunidade e discutem a estrutura de poder da universidade.

Há também depoimentos dos professores Luiz Carlos de Menezes (IF/USP) e Jo-

sé Teixeira Coelho Neto (ECA/USP).

O "Olhar da USP", apresentado pelo professor Flávio Aguiar, da FFLCH, é um programa de debates entre professores desta universidade e convidados, sobre assuntos de interesse da comunidade, sendo veiculado no Canal Universitário de São Paulo (canal 15 da NET/TVA).

No dia 5, o programa vai ao ar às 9h00, 13h30, 18h00 e 22h30. Haverá reprise no sábado, dia 7, às 22h30, e no domingo, dia 8, às 03h00.

Adusp disponibiliza Banco de Dados com decisões do Conselho Universitário desde 1988

Com o objetivo de democratizar o acesso à informação na Universidade, a Adusp, através do seu departamento jurídico, providenciou a sistematização das decisões do Conselho Universitário *em processos que envolvem docentes*.

Estas informações, colhidas a partir da implantação do estatuto de 1988, estão organizadas em um Banco de Dados, que estará disponível, para uso de toda a comunidade, a partir de 5/4, no *site* da entidade na Internet (www.adusp.org.br).

Embora consideremos que

esta seria uma obrigação da administração central da USP, a iniciativa tem por finalidade garantir o direito dos docentes ao livre acesso a informações de domínio público que, infelizmente, são muitas vezes tratadas como secretas ou sigilosas pela burocracia da universidade.

O Banco de Dados é constituído por fichas contendo um resumo do conteúdo do processo administrativo apreciado pelo CO e sua respectiva decisão. Os resumos não vêm acompanhados de críticas, comentários ou argumentação, tendo apenas a finalidade de

informar o leitor do tratamento que foi dado a determinada matéria no CO da USP.

A íntegra dos documentos utilizados para esta compilação, em particular o material que instrui a decisão do CO, se encontra disponível para consulta nos arquivos da sede da Adusp. O Banco de Dados será constantemente atualizado à medida que as sessões do Conselho forem transcorrendo.

A pesquisa pode ser feita por assunto, unidade, órgão ou comissão da universidade envolvida na decisão etc. Para evitar qualquer constran-

gimento aos docentes envolvidos, os nomes dos interessados não constam das fichas e a pesquisa não pode ser feita a partir dessa entrada.

Recomendamos que o docente que deseje fazer uso jurídico ou processual das informações constantes do banco de dados, procure, primeiramente, aconselhar-se junto à assessoria jurídica de sua confiança.

Toda crítica ou sugestão para aprimorar e ampliar este esforço de publicizar e democratizar o acesso às deliberações administrativas da universidade será bem vinda.

Greve na Unimep reivindica negociação salarial imediata

Docentes reafirmam: Adunimep é quem os representa

Em assembléia realizada no dia 26/3, docentes da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) decidiram paralisar suas atividades a partir do dia 27/3, devido ao impasse surgido nas negociações com a Reitoria e a mantenedora. O impasse é um tanto insólito, pois se deve à tentativa do Sinpro (Sindicato dos Professores) da região, em função de uma pendência jurídica originada em 1986, de ser o representante dos docentes na mesa de negociação.

Embora em anos anteriores o Sinpro tivesse a mesma atitude, a Adunimep, seção sindical da Andes/SN, sempre foi a responsável pelas negociações com a Reitoria do acordo salarial de data base dos docentes daquela universidade. Isso vinha ocorrendo há quinze anos. Por orientação de sua assessoria jurídica, neste ano a Reitoria da Unimep resolveu não negociar com a Adunimep, argumentando dubiedade de representação na mesa de negociações. A greve iniciada no dia 27/3 visa restabelecer a mesa de negociações entre a Reitoria e a Adunimep.

A Adusp enviou, em 28/3, carta ao reitor da Unimep, Almir Maia, em que pede a reabertura das negociações entre a Reitoria e a Adunimep, "legítima representante de

seus docentes", lembrando que é "direito inegociável que os colegas docentes de cada base escolham o seu caminho de organização e representação sindical".

Reunião Andes/SN e Sinpro/Capital

Como se sabe, o Tribunal de Justiça do DF condenou o Sinpro/Capital a se abster da atividade sindical no setor privado do 3º grau e o obrigou a restituir o imposto sindical arrecadado desde 1989.

No dia 24/3, as diretorias regionais da Andes/SN e do Sinpro/Capital se reuniram para tratar da disputa entre os dois sindicatos. A Regional da Andes/SN considera esse um dos temas mais importantes da atual gestão, dado o crescimento desenfreado das instituições privadas de ensino superior, particularmente na capital de São Paulo, além das precárias condições de carreira e de trabalho dos docentes da maioria dessas instituições.

Embora o Sinpro/Capital tenha entrado com novo recurso jurídico, sua diretoria reconheceu que não conseguirá reverter a decisão do tribunal. As duas diretorias voltarão a se reunir em abril para continuar a tratar do assunto.

Revista Adusp traz reportagem sobre fundações



Já está pronta a Revista Adusp 22, que traz artigos e reportagens de impacto. A matéria de capa da edição versa sobre as fundações privadas que atuam na USP. Traz inúmeros dados sobre a movimentação financeira dessas instituições, algumas das quais têm orçamentos milionários.

Outro texto diz respeito à CERT: ele questiona os critérios de avaliação impostos aos docentes da USP, baseados em publicações, e revela a existência de discrepâncias quando esses mesmos critérios são aplicados ao reitor e a membros dessa comissão.